

Programa de Procedimento

Aquisição de Simuladores de Cirurgia Laparoscópica

**CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICAÇÃO NO JORNAL OFICIAL DA
UNIÃO EUROPEIA**

Concurso Público N.º CP/1/2022



Associação para o Desenvolvimento do Centro Académico
de Investigação e Formação Biomédica do Algarve, AD-ABC

Cofinanciado por:



Índice

Artigo 1.º	3
Artigo 2.º	3
Artigo 3.º	3
Artigo 4.º	3
Artigo 5.º	4
Artigo 6.º	4
Artigo 7.º	4
Artigo 8.º	4
Artigo 9.º	5
Artigo 10.º	6
Artigo 11.º	6
Artigo 12.º	7
Artigo 13.º	7
Artigo 14.º	8
Artigo 15.º	8
Artigo 16.º	9
Artigo 17.º	10
Artigo 18.º	11
Artigo 19.º	11
Anexos	11

Cofinanciado por:



Artigo 1.º

Entidade Adjudicante

A entidade adjudicante é a Associação para o Desenvolvimento do Centro Académico de Investigação e Formação Biomédica do Algarve, AD-ABC, pessoa coletiva nº 514 997 133, com sede na Universidade do Algarve, Campus Gambelas – Edifício 2, 8005-139 Faro, com o número de telefone (+ 351) 289 244 476 e o endereço eletrónico: abc@abcmedicalg.pt.

Artigo 2.º

Objeto e Tipo de Procedimento

1. O presente procedimento tem por objeto a aquisição de Simuladores de Cirurgia Laparoscópica para a AD-ABC, conforme especificidades elencadas no Caderno de Encargos, através de concurso público com publicação no Jornal Oficial da União Europeia, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP.
2. A aquisição do equipamento encontra-se abrangida pela operação com o código N.º ALG-01-0145-FEDER-072680, designada por PtCRIN - Portuguese Clinical Research infrastructure network - Desenvolvimento do Centro de Investigação Clínica Avançada e gestão de ensaios clínicos do Algarve, nos termos do Aviso de Abertura de Candidatura N.º AVISO N.º ALG-45-2020-42 - Projetos de Desenvolvimento e Implementação de Infraestruturas de Investigação inseridas no RNIE do programa PORTUGAL 2020 sendo 70% do encargo participativo através da aplicação da taxa de cofinanciamento FEDER e o remanescente por conta das verbas inscritas no Orçamento de funcionamento a AD-ABC a vigorar no(s) ano(s) de 2022 e 2023.

Artigo 3.º

Órgão competente para a decisão de contratar e autorizar a despesa

O órgão competente para a decisão de contratar e autorizar a despesa do presente procedimento é a Direção do AD-ABC, no uso das suas competências próprias, nos termos de Artigo 17º, da Secção III da Constituição e Estatutos da AD-ABC. A decisão de contratar foi aprovada por despacho da Direção do AD-ABC em 23/09/2022.

Artigo 4.º

Admissão de Concorrentes

Sem prejuízo do previsto no artigo 55.º - A, serão admitidas a concurso as entidades que não se encontrem em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do CCP.

Cofinanciado por:



Artigo 5.º

Agrupamentos

1. Ao presente procedimento poderão apresentar-se agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, sem que entre elas exista qualquer modalidade jurídica de associação.
2. No caso de a adjudicação ser feita a um agrupamento, os seus membros associar-se-ão, obrigatoriamente, antes da celebração do contrato, em qualquer forma de associação regulada pelo quadro legal vigente, designadamente agrupamentos complementares de empresas, agrupamentos europeus de interesse económico e consórcios.
3. Porém tratando-se de consórcio, este só pode revestir a modalidade de consórcio externo, conforme previsto no Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho.

Artigo 6.º

Disponibilização do procedimento

O procedimento é integralmente disponibilizado e tramitado na plataforma eletrónica de contratação pública, acessível através do endereço eletrónico www.acingov.pt.

Artigo 7.º

Júri do Procedimento

1. O presente procedimento é conduzido por um júri, designado pelo órgão competente para a decisão de contratar, o qual inicia funções no dia útil seguinte ao do envio do anúncio para publicação.
2. Ao júri do procedimento compete proceder à apreciação das propostas de acordo com o critério de adjudicação, à elaboração do relatório preliminar, à audiência prévia dos concorrentes e à elaboração do relatório final.
3. O Júri poderá solicitar, caso entenda por necessário, aos concorrentes a disponibilização dos bens propostos, para efeitos de realização de testes de validação das suas características e desempenho.

Artigo 8.º

Esclarecimentos e erros e omissões

1. Os esclarecimentos bem como a aceitação dos erros e omissões do Caderno de Encargos são da competência do órgão competente para a decisão de contratar.

Cofinanciado por:



2. Os interessados podem solicitar os esclarecimentos e devem apresentar a lista de erros e omissões do Caderno de Encargos durante o primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, nos termos do art. 50.º do CCP.
3. Os pedidos de esclarecimentos e a apresentação da lista de erros e omissões devem ser submetidos por escrito ao órgão competente para a decisão de contratar através da plataforma eletrónica de contratação pública www.acingov.pt.
4. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior e a aceitação da lista de erros e omissões serão prestados pela mesma via, até ao fim do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas. A falta de resposta até esta data dará lugar à prorrogação, por período correspondente, do prazo para a apresentação das propostas.
5. Quando, devido ao seu volume, os esclarecimentos não possam ser prestados no prazo referido, o prazo para a apresentação das propostas será adequadamente prorrogado.
6. Simultaneamente com a comunicação dos esclarecimentos ao interessado e da decisão de aceitação das listas de erros e omissões, juntar-se-á cópia dos mesmos às peças patenteadas do procedimento e proceder-se-á à notificação via plataforma eletrónica de contratação pública www.acingov.pt, de todos os interessados da sua existência e dessa junção.
7. Quando as retificações ou a aceitação dos erros e omissões das peças do procedimento referidas no art. 50.º do CCP, independentemente do momento da sua comunicação, implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação de propostas será prorrogado no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações ou à publicitação da decisão de aceitação de erros e omissões.
8. Excetuam-se do disposto no presente artigo, os erros e as omissões que os concorrentes, atuando com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas, apenas pudessem detetar na fase de execução do Contrato.

Artigo 9.º

Documentos que constituem a proposta

1. Para além de outros documentos que em função do objeto do Contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo Caderno de Encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, a proposta deve incluir os elementos documentais enunciados em seguida, de apresentação obrigatória, **sob pena de exclusão**:

Cofinanciado por:



- 1.1. Documento Europeu Único de Contratação Pública cfr. o disposto no nº6 do artigo 57º do CCP, devidamente preenchido e assinado pelo concorrente ou por representante legalmente autorizado disponível no Portal BASE, em <https://www.base.gov.pt/deucp/welcome>
- 1.2. Documento nos termos da alínea b) do nº1 do artigo 57º do CCP, que contenha:
 - 1.2.1. Preço global da proposta, em número e por extenso, sem IVA;
 - 1.2.2. Taxa de IVA aplicável ou eventual isenção;
 - 1.2.3. Prazo proposto para o fornecimento;
 - 1.2.4. Prazo de fornecimento;
 - 1.2.5. Indicação do Preço de assistência técnica após o prazo de garantia do equipamento;
 - 1.2.6. Fichas técnicas do equipamento proposto para verificação das especificações técnicas obrigatórias requeridas no Anexo I do Caderno de Encargos;
 - 1.2.7. Indicação do fabricante do equipamento proposto.
2. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, com exceção dos documentos enunciados nos pontos 1.2.6 e 1.2.7 que dada a sua especificidade técnica podem ser apresentados em língua inglesa, nos termos previstos nos números 2 e 3 do artigo 58.º do CCP.
3. Os documentos mencionados no n.º 1 devem ser assinados pelos concorrentes ou por representante que tenha poderes para o obrigar, que deverá ser comprovada com apresentação de documento que o afirme.

Artigo 10.º

Apresentação de propostas variantes

Não é admitida a apresentação de propostas com variantes.

Artigo 11.º

Prazo e modo de apresentação de propostas

1. As propostas deverão ser apresentadas através da plataforma eletrónica de contratação pública www.acingov.pt no prazo de **30 dias** a contar da data do envio do anúncio do concurso público para o Serviço de Publicações Oficiais da União Europeia, através da plataforma eletrónica de contratação pública www.acingov.pt.
2. Todos e cada um dos documentos submetidos na plataforma eletrónica devem ser assinados com recurso a assinatura eletrónica qualificada, nos termos do disposto nos n.os 2 a 6 do art. 54.º da Lei n.º 96/2015, de

Cofinanciado por:



17 de Agosto, e com aposição de selos temporais, nos termos previstos no n.º 1 do art. 55.º desse mesmo diploma.

3. Nos casos em que o certificado digital utilizado não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, devem os concorrentes dar cumprimento ao previsto no n.º 7 do art. 55.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, submetendo na plataforma eletrónica um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante.
4. Nos termos da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, a mera assinatura eletrónica de ficheiros “zip.” ou equivalentes, que contenham vários documentos eletrónicos, não será admissível, devendo tais documentos ser individualmente assinados nos termos referidos no número anterior.

Artigo 12.º

Prazo de manutenção de propostas

O prazo de manutenção das propostas é de 120 dias, a contar da data limite para a apresentação das propostas.

Artigo 13.º

Critério de Adjudicação

1. O critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa, na vertente de avaliação qualidade/preço nos termos da alínea a) do artigo 74.º do CCP tendo em conta os seguintes fatores e respetiva ponderação:
 - a) Preço da Proposta (PP) – 80%;
 - b) Prazo de fornecimento – (PF) 20% de acordo com o subfactor seguinte:
 - i. Prazo de fornecimento do equipamento de acordo com os Artigos 2º e 20.º do Caderno de Encargos;
2. A Classificação da Proposta (CF) resulta da aplicação da seguinte fórmula:

$$CF = PP \times 80\% + PF \times 20\%$$

Em que,

CF – Classificação Final da Proposta

PP – Classificação do fator Preço da Proposta

PF – Classificação do fator Prazo de Fornecimento

2.1 - O fator PP – PREÇO DA PROPOSTA (80%) resulta da aplicação da seguinte fórmula:

Cofinanciado por:



$$PP = ((Pubase - Pupr) / Pubase) * 100$$

Em que,

Pubase – preço base conforme consta do Artigo 6.º do caderno de encargos (s/IVA)

Pupr – Preço unitário da proposta (exceto IVA)

2.2 - O fator **Prazo de Fornecimento (PF)** (20%) resulta da aplicação da seguinte fórmula:

$$PB = ((X - PFp) / X) * 100$$

Em que,

X – Prazo máximo para o fornecimento do Bem de acordo com os Artigos 2º e 20.º do Caderno de Encargos;

PFp – Prazo de Fornecimento proposto

3. Havendo empate classificativo será dada preferência à proposta que apresentar maior pontuação no preço.
4. Após cumprimento do número anterior e caso se mantenha o empate classificativo das propostas, o desempate será efetuado por sorteio realizado pelo Júri na presença de cada um dos concorrentes, ato do qual será redigida ata a assinar por todos os intervenientes.
5. Os concorrentes serão notificados da data, hora e local do sorteio com antecedência de 2 dias. Os concorrentes deverão apresentar-se munidos da respetiva identificação.

Artigo 14.º

Audiência Prévia

Após a elaboração do relatório preliminar de análise das propostas, o mesmo será enviado a todos os concorrentes, fixando um **prazo de 5 dias úteis**, para que se pronunciem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia, previsto no artigo 147.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 15.º

Notificação da decisão de adjudicação

1. A decisão de adjudicação será notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes, acompanhada do relatório final de análise das propostas ao abrigo do art. 77.º do CCP e do prazo para a apresentação dos documentos de habilitação exigidos nos termos do disposto no art. 81.º do CCP e da Portaria n.º 372/2017, de 14 de Dezembro, e ainda, do prazo de pronúncia sobre a Minuta de Contrato nos termos definidos nos artigos seguintes, caso seja aplicável.

Cofinanciado por:

Artigo 16.º

Documentos de Habilitação

1. O Adjudicatário deve apresentar os documentos de habilitação indicados no n.º 1 do art. 81.º do CCP através da plataforma eletrónica www.acingov.pt e, nos termos previstos na Portaria n.º 372/2017, de 14 de Dezembro.
2. Quando o Adjudicatário tenha prestado consentimento, nos termos da lei, para que a Entidade Adjudicante consulte a informação relativa a qualquer dos documentos de habilitação é dispensada a sua apresentação nos termos do n.º 1.
3. O adjudicatário deve entregar através da plataforma eletrónica de compras públicas www.acingov.pt no **prazo de 5 dias úteis** a contar da notificação de adjudicação:
 - 1.1 Declaração conforme **Anexo II** ao presente convite relativo ao compromisso de confidencialidade e ausência de conflito de interesses;
 - 1.2 Declaração emitida conforme modelo constante no Anexo III ao presente programa de procedimento;
 - 1.3 Ficha de Fornecedor, conforme modelo constante no Anexo IV ao presente programa de procedimento;
 - 1.4 Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, designadamente os seguintes documentos:
 - 1.4.1 certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, da pessoa singular ou, no caso de se tratar de pessoa coletiva, da pessoa coletiva e de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos;
 - 1.4.2 cópia de documento comprovativo da situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos;
 - 1.4.3 cópia de documento comprovativo da situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do n.º 1 artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos;

Cofinanciado por:



- 1.4.4 certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso para a sua consulta online, nos termos previstos no n.º 5 do artigo 75.º do Código do Registo Comercial e no artigo 17.º da Portaria n.º 1416-A/2006, de 19 de dezembro, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções;
- 1.4.5 quaisquer outros documentos que sejam exigidos através da plataforma eletrónica de contratação pública.
4. Quando o adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas os documentos anteriormente indicados devem ser apresentados por todos os seus membros.
5. No caso do adjudicatário se tratar de empresa sem sede e direção efetiva em Portugal, este para além dos documentos referidos no número 1, deve também apresentar o respetivo comprovativo de inscrição em lista oficial de fornecedores de bens móveis ou de prestadores de serviços de qualquer Estado signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu que revele a titularidade das habilitações adequadas e necessárias à execução das prestações objeto do contrato a celebrar.
6. A apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, ainda que não constem do programa do procedimento, poderá ser solicitada ao adjudicatário, fixando um prazo para o efeito.
7. Todos os documentos de habilitação do adjudicatário deverão ser redigidos em língua portuguesa ou acompanhados de tradução legalizada, se os respetivos originais, pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos em língua estrangeira.
8. Da apresentação dos documentos de habilitação do adjudicatário serão notificados, em simultâneo, todos os concorrentes.
9. Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo adjudicatário será concedido um prazo adicional de 2 dias úteis destinado ao seu suprimento, conforme o disposto n.º 3 do artigo 86.º do CCP.

Artigo 17.º

Minuta do Contrato

1. A minuta do contrato é notificada ao adjudicatário, com vista à sua aceitação ou eventual reclamação.
2. A minuta considera-se aceite pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos cinco dias subsequentes à respetiva notificação.

Cofinanciado por:



3. As reclamações da minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato nos termos do disposto nos números 2 e 5 do artigo 96.º do Código dos Contratos Públicos ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.
4. No prazo de 10 dias a contar da receção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.

Artigo 18.º

Celebração de Contrato Escrito

1. A outorga do contrato terá lugar no prazo de 30 dias contados da data da aceitação da minuta do contrato ou da decisão sobre a reclamação da mesma, nos termos do n.º 1 do artigo 104.º do CCP.
2. Com a antecedência mínima de 5 dias, o adjudicatário será notificado da data, da hora e do local em que ocorrerá a outorga do contrato.

Artigo 19.º

Legislação Aplicável

Em tudo o omissa no presente programa de procedimento, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, e restante legislação aplicável.

Anexos:

- **Anexo I** – Documento Europeu Único de Contratação Pública (a que se refere o n.º 6 do artigo 57.º do CCP);
- **Anexo II** – Compromisso de confidencialidade e ausência de conflito de interesses
- **Anexo III** - Modelo de declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP
- **Anexo IV** – Ficha de Fornecedor

Cofinanciado por:



Anexo I

Documento Europeu Único de Contratação Pública

A que se refere o n.º 6 do artigo 57.º do CCP

Cofinanciado por:



Anexo II

COMPROMISSO DE CONFIDENCIALIDADE E AUSÊNCIA DE CONFLITO DE INTERESSES

Considerando que:

A - Segunda Contratante foi escolhida para fornecer **SIMULADORES DE CIRURGIA LAPAROSCÓPICA NO ÂMBITO DO OPERAÇÃO COM O CÓDIGO N.º ALG-01-0145-FEDER-072680, DESIGNADA POR PtCRIN - PORTUGUESE CLINICAL RESEARCH INFRASTRUCTURE NETWORK - DESENVOLVIMENTO DO CENTRO DE INVESTIGAÇÃO CLÍNICA AVANÇADA E GESTÃO DE ENSAIOS CLÍNICOS DO ALGARVE, NOS TERMOS DO AVISO DE ABERTURA DE CANDIDATURA N.º AVISO N.º ALG-45-2020-42 - PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS DE INVESTIGAÇÃO INSERIDAS NO RNIE DO PROGRAMA PORTUGAL 2020 - CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL N.º CP/1/2022** (adiante designados por 'Bens/Serviços'), à Primeira Contratante, tal como mais detalhadamente se contém no clausulado do Contrato;

B - Atendendo à missão e aos objetivos de interesse público da Primeira Contratante, bem como à prossecução do princípio da igualdade de acesso dos interessados aos procedimentos de formação dos contratos públicos, é essencial à formação da sua vontade de contratar a aquisição dos Bens/Serviços, bem como de manter a respetiva prestação, a inexistência, atual ou superveniente, de conflitos de interesse por parte da Segunda Contratante;

C - Para efeitos da prestação dos Bens/Serviços, ou no âmbito desta, a Segunda Contratante pode ter acesso a Informação Confidencial, entendendo-se como tal todas as informações e documentos que lhe sejam fornecidos pela Primeira Contratante, bem como quaisquer elementos a que os seus agentes, funcionários ou colaboradores venham a ter acesso no âmbito da prestação dos Bens/Serviços ou em razão desta, incluindo processos, listagens, arquivos, bases de dados, contratos e demais documentação relacionada, direta ou indiretamente, com a execução de atribuições e competências ou a atividade da Primeira Contratante, bem como quaisquer relatórios, estudos, pareceres, informações, processos, listagens, arquivos, bases de dados, contratos e demais documentação, que sejam elaborados ou produzidos pela Segunda Contratante, no âmbito da prestação dos Bens/Serviços, salvo se forem do conhecimento público ou objeto de publicitação por força de disposição legal;

D - Em caso de dúvida, são tratados como Informação Confidencial todas as informações, bem como documentos e elementos, a que tenha acesso no âmbito dos Bens/Serviços prestados, até ao momento, e na precisa medida, em que a própria Primeira Contratante os torne públicos;

Artigo 1.º

A Segunda Contratante declara que a prestação dos Bens/Serviços não é afetada por qualquer conflito de interesses em razão de quaisquer relações que tenha, ou que qualquer membro dos seus órgãos, ou qualquer colaborador com funções de direção, ou qualquer colaborador diretamente envolvido na prestação dos Bens/Serviços, tenha, com qualquer outra entidade. Para os efeitos do presente termo, existirá conflito de interesses sempre que as relações entre a Segunda Contratante e esta entidade comprometam, real ou potencialmente, a realização do princípio de igualdade entre interessados ou concorrentes e possam determinar a impugnação de concursos ou procedimentos adjudicatórios com fundamento na violação desse princípio.

Cofinanciado por:



Artigo 2.º

A Segunda Contratante obriga-se a usar de um grau elevado de rigor na deteção, avaliação e documentação de situações potencialmente enquadráveis no artigo anterior.

Artigo 3.º

A Segunda Contratante obriga-se a notificar de imediato a Primeira Contratante em caso de se verificar em momento posterior qualquer situação enquadrável no artigo 1.º, bem como, a lhe facultar, mediante solicitação, qualquer informação que esta exija para comprovação do consagrado no artigo 2.º.

Artigo 4.º

A Segunda Contratante obriga-se a:

1. Observar absolutos deveres de sigilo e confidencialidade quanto a Informação Confidencial da Primeira Contratante;
2. Proteger a Informação Confidencial de modo adequado, em termos nunca menos diligentes que aqueles que utiliza para proteger a sua própria informação confidencial;
3. Na sua organização interna para a prestação dos Bens/Serviços, limitar a comunicação da Informação Confidencial aos seus agentes, funcionários ou colaboradores que a devam conhecer, em razão do seu envolvimento naquela prestação;
4. Garantir que os seus agentes, funcionários ou colaboradores guardem absolutos sigilo e confidencialidade em relação à Informação Confidencial;
5. Não proceder a qualquer cópia de Informação Confidencial, na totalidade ou em parte, salvo para utilização no âmbito da prestação dos Bens/Serviços;
6. Não utilizar ou permitir a utilização, em circunstância alguma, dos dados e informações fornecidos pela Primeira Contratante, nem das informações e documentos a que os seus agentes, funcionários ou colaboradores venham a ter acesso no âmbito da prestação dos Serviços, mesmo que não sejam de considerar Informação Confidencial, para quaisquer outros fins que não os estritamente necessários para a prestação dos Bens/Serviços;
7. Não proceder à transferência ou interconexão com qualquer entidade, de quaisquer dados ou informações fornecidas pela Primeira Contratante, mesmo que não sejam Informação Confidencial, salvo quando devidamente autorizada por escrito.

Artigo 5.º

A Segunda Contratante aceita que, em caso de:

1. Falsidade demonstrada da declaração constante do artigo 1.º; ou
2. Grave violação dos deveres assumidos no artigo 2.º e ausência de comprovação de medidas adotadas para corrigir a situação, para além do prazo que a Primeira Contratante lhe fixar; ou
3. Manutenção de situação prevista no artigo 3.º, para além do prazo que a Primeira Contratante lhe fixar para a remediar; ou

4. Não cumprimento pontual de qualquer das obrigações que resultam dos artigos 4.º e 5.º;

pode a Primeira Contratante, independentemente dos termos constantes do Contrato, resolver o referido Contrato, sem prejuízo da responsabilidade em que incorra perante a Primeira Contratante.

Artigo 6.º

A Segunda Contratante obriga-se a cumprir pontualmente todas as obrigações previstas nos artigos 4.º e 5.º por um prazo de 5 anos, a contar da finalização da prestação dos Serviços.

Local Data.....

Segunda Outorgante

Cofinanciado por:



Anexo III

MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.

Cofinanciado por:



Anexo IV

Boletim de Identificação do Fornecedor

Número Fiscal de Contribuinte

Nome _____

Morada _____

Local _____ Código Postal

Repartição das Finanças _____

Telefone

Fax

Contacto _____

Banco

Balcão

Número de Conta

Observações ____IBAN_____

O Responsável

Anexo a juntar com a ficha de fornecedor:

- 1) Comprovativo bancário do IBAN onde consta o titular da conta

Cofinanciado por:

